

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE  
INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC 2003

Organizações do Terceiro Setor e Imigrantes em São Paulo:  
a comunidade japonesa

*Autor: Fernando Yuiti Fujisawa*

*Orientador: Prof. Mário Aquino Alves*

De acordo,  
  
10/09/2003

## ÍNDICE

ÍNDICE.....	2
1. INTRODUÇÃO.....	3
2. METODOLOGIA.....	4
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	7
3.1 O QUE SÃO ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR.....	7
3.2 CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE JAPONESA.....	9
3.2.1 ECONOMIA.....	13
3.2.2 SOCIAL.....	16
4. A RELIGIÃO JAPONESA NO BRASIL.....	18
5. ESTUDO DE CASOS.....	20
5.1 ABEUNI (Aliança Beneficente Universitária de São Paulo).....	20
5.1.1 - HISTÓRICO.....	20
5.1.2 – A ATUAÇÃO DA ENTIDADE.....	21
5.2 ASEBEX (Associação Brasileira de Ex-Bolsitas no Japão).....	22
5.2.1 – HISTÓRICO.....	22
5.2.2 – A ATUAÇÃO DA ENTIDADE.....	23
5.3 CÂMARA JÚNIOR BRASIL-JAPÃO.....	24
5.3.1 - HISTÓRICO.....	24
5.3.2 – A ATUAÇÃO DA ENTIDADE.....	24
5.3.3 – CAMPOS DE OPORTUNIDADE PARA DESENVOLVIMENTO DE SEUS MEMBROS.....	26
5.4 SEINEN BUNKYO SÃO PAULO.....	27
5.4.1 - HISTÓRICO.....	27
5.4.2 – A ATUAÇÃO DA ENTIDADE.....	30
6. BIBLIOGRAFIA.....	31

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo principal analisar e compreender a formação e o desenvolvimento das organizações do Terceiro Setor de origem japonesa no Brasil, mais precisamente no estado de São Paulo, estudando os valores constituintes da cultura organizacional deste grupo. Ou seja, de que forma ocorreu a instalação do Terceiro Setor desde o início da imigração japonesa até os dias atuais, a que tipos de atividades se dedicam estas organizações e calcular o grau de abertura que estas organizações apresentam em relação à sociedade em geral.

Procurou-se concentrar esforços na busca por uma maior fundamentação teórica sobre alguns assuntos, tais como: definição da metodologia a ser adotada através do estudo dos principais pensadores sobre Terceiro Setor, bem como um maior aprofundamento sobre o assunto, a cultura japonesa e seu Terceiro Setor, e por fim, o desenvolvimento desse Setor no Brasil.

Com esta base teórica consolidada, partiu-se para o estudo de caso proposto, com o objetivo de compreender algumas das dinâmicas mais importantes do funcionamento de organizações do Terceiro Setor originadas em comunidades de imigrantes japoneses.

Vale ressaltar que a metodologia de investigação e procedimento de coleta de dados e informações apresentados no projeto de apresentação foram alterados devido ao descobrimento da obra "Imigração Japonesa no Brasil" de Ondina Antonio Rodrigues. Portanto, atividade tal como levantamento junto a cartórios e ao consulado geral do Japão para definir o número de organizações atualmente existentes será desnecessária tendo em vista que associações, escolas, imprensa e costumes preservados são assuntos tratados neste livro (RODRIGUES, 1999), como fora citado no último Relatório Parcial. A seguir, será descrita a metodologia aplicada a qual foi adotada em substituição à anterior.

## 2. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada a partir da perspectiva qualitativa. Uma pesquisa consiste numa abordagem mais subjetiva na sua essência e envolve o exame e a reflexão sobre as percepções a fim de entender a sociedade e as atividades humanas. Aqui nessa pesquisa procuramos encontrar as razões pelas quais levaram a instalação de organizações do terceiro setor de origem japonesa através da coleta de dados qualitativos (HUSSEY & HUSSEY, 1997).

Trata-se de uma pesquisa cuja proposta é exploratória, tendo em vista a dificuldade na coleta de dados previamente pesquisados, uma vez que há poucos estudos anteriormente realizados sobre o tema. O objetivo dessa proposta é procurar padrões, idéias ou hipóteses, ao contrário de apenas testar ou confirmar uma hipótese. Na pesquisa exploratória o foco do estudo é a observação e familiarização com a área do objeto através de uma investigação rigorosa a fim de atingirmos um nível alto de conhecimento sobre o assunto (HUSSEY & HUSSEY, 1997).

Procurou-se, nesse trabalho, adquirir tal conhecimento a partir de quatro estudos de casos, além do exame de documentos e realização de entrevistas. Os estudos de caso foram conduzidos a partir da proposta de Robert Yin (2001), que afirma a possibilidade da condução de estudos de caso múltiplos dentro de uma mesma pesquisa.

Dessa forma, este estudo se organizou a partir dos seguintes pontos:

1. Entender como funcionou a instalação das organizações de terceiro setor da comunidade japonesa no contexto da imigração japonesa e da instalação da comunidade nikkei em São Paulo, procurando não explorar apenas o fenômeno, mas entendê-lo a partir de um contexto particular;
2. Evitar a imposição de limites analíticos, a despeito dos resultados que pretendemos alcançar com a pesquisa; e,
3. Utilizar diversos métodos de coleta de dados (quantitativos e qualitativos).

Estes pontos estruturaram os seguintes passos na condução desta pesquisa:

1. Fez-se uma revisão extensa da bibliografia existente sobre: Terceiro Setor; Imigração Japonesa (compreendendo o período da história japonesa que vai do início da Era Meiji até o início da imigração no final do século XIX); e instalação e formação da comunidade nikkei em São Paulo.
2. Foram realizadas visitas ao Bunkyo (Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa). Localizado na região da Liberdade-SP, o Bunkyo possui uma vasta biblioteca sobre a história do Japão e informações sobre bolsas de estudo, elementos fundamentais para a realização do trabalho. Além disso, a possibilidade de conversas informais com alguns gestores e pesquisadores ligados aos diversos organismos constituintes do Bunkyo acabou por se revelar uma inesperada, mas poderosa fonte de subsídios para o melhor andamento da pesquisa.
3. Foram realizadas entrevistas com dirigentes de quatro das principais entidades não-governamentais da comunidade nikkei: ABEUNI (Aliança Beneficente Universitária), Seinen Bunkyo (Departamento de Jovens da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa), ASEBEX (Associação Brasileira de Ex-Bolsistas no Japão) e a Câmara Júnior Brasil-Japão. Estas entidades foram contatadas e seus dirigentes aceitaram conceder entrevistas. Estas entrevistas foram conduzidas de forma semi-estruturada, ou seja, as questões não tiveram uma preparação prévia.

As entrevistas semi-estruturadas são apropriadas quando é necessário entender a base construída pelo entrevistado ao expressar sua opinião e suas crenças sobre determinada situação ou problema; quando o objetivo da entrevista é entender o “mundo” do entrevistado para que o entrevistador possa exercer de forma independente ou colaboradora certa influência no resultado obtido; quando a lógica da situação não está clara ou quando o objeto da entrevista é extremamente confidencial (HUSSEY & HUSSEY, 1997). Um aspecto da entrevista semi-estruturada é que os assuntos discutidos, as questões levantadas

e os tópicos explorados mudam de uma entrevista para outra quando diferentes aspectos são revelados. Esse processo de descoberta é comum em muitas entrevistas, mas é importante reconhecer que a ênfase e balanço de assuntos emergentes podem depender da ordem que você entrevista seus participantes (HUSSEY & HUSSEY, 1997).

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 O QUE SÃO ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Procurou-se, no início do projeto, fontes que possibilitassem uma melhor compreensão e metodologias para classificarmos o Setor Não-Lucrativo (SALAMON,1992). Esse setor existe desde muito tempo atrás e está presente em toda a sociedade americana. É difícil obter uma definição exata sobre o que é Setor Não-Lucrativo devido a sua grande diversidade, tendo em vista as seções que as leis de taxação americana possuem (SALAMON, 1992).

Há diversas terminologias usadas para caracterizar o Setor Não-Lucrativo: setor donativo, setor independente, setor voluntário, setor isento de imposto e o próprio termo setor não lucrativo (SALAMON,1992). Cada um desses termos enfatiza um aspecto da realidade representada por essas organizações em detrimento aos outros aspectos.

A distinção entre Filantropia e Setor Privada Não-Lucrativo também se faz necessária. Este é um conjunto de organizações privadas que servem para algum propósito público, como avanços na medicina, educação, progresso científico, bem-estar social ou pluralismo. Aquele é o dispêndio de tempo ou valores (dinheiro, seguros, propriedades) para propósitos públicos. Ele é uma das formas de lucro (fonte de renda) para organizações não-lucrativas privadas (SALAMON, 1992).

Para poder classificar uma organização no Setor Não-Lucrativo, foram definidas seis características (SALAMON,1992) que devem estar presentes: 1) Formalmente constituída; 2) Privado, institucionalmente separado do governo; 3) Sem distribuição dos lucros, ou seja, não dedicada para gerar lucros para seus donos; 4) Governo próprio, equipado para controlar suas próprias atividades; 5) Voluntário; e 6) Voltado para benefício público.

Existem cinco argumentos (SALAMON,1992) que tentam explicar o surgimento e existência do Setor Não-Lucrativo: 1) Histórico: a formação de organizações voluntárias era mais eficaz do que as realizações feitas pelo governo; 2) Falhas de

mercado: serviços e produtos coletivos, que são pouco demandados ou que sua utilidade envolve uma grande parcela de beneficiados, não atraíram a atenção de organizações privadas lucrativas, restando para as não-lucrativas a realização das mesmas; 3) Falhas do governo: com a existência desses produtos coletivos, a ajuda governamental é muito difícil de ser obtida para a realização dessas atividades, sobrando, portanto, às organizações privadas não-lucrativas; 4) Pluralismo/Liberdade: a necessidade de desprendimento das organizações privadas com o governo; e 5) Solidariedade: pessoas mais abastadas disponibilizando tempo e dinheiro para ajudar pessoas carentes.

Foi também estudada e discutida a importância das organizações privadas na realização de atividades do setor público (ANHEIER & SEIBEL, 1990). As organizações não-lucrativas (NPOs), organizações voluntárias privadas (PVOs) ou associações comunitárias possuem como característica comum a não existência de proprietários entitulados a receberem lucros da organização sobre a forma de dividendos ou ganhos de capital (ANHEIER & SEIBEL, 1990). Essas organizações podem auferir lucros, mas não há distribuição dos mesmos. Todo o ganho permanece na organização e é utilizado para seus propósitos (ANHEIER & SEIBEL, 1990).

Essa característica é essencial para explicar a demanda por produtos e serviços realizados pelas organizações não-lucrativas. Consumidores que possuem poucas informações sobre a qualidade de um produto, passam a confiar mais nessas organizações porque o propósito delas não envolve a busca pelo lucro. Porém, a eficiência dessas organizações é afetada se não houver nenhum incentivo, como a isenção de impostos, ou programas de incentivos financeiros realizados com o auxílio do governo (ANHEIER & SEIBEL, 1990).

O setor não-lucrativo varia muito de país para outro devido à heterogeneidade da sociedade. Quanto mais heterogêneo ela for, maior será o setor privado (ANHEIER & SEIBEL, 1990).

Por último, vale ressaltar um aspecto muito importante que consiste na delegação de atividades de responsabilidade governamental para o setor não-



lucrativo, possibilitando o governo enfatizar os seus objetivos, seus planos de governo. Portanto, o setor não-lucrativo auxilia o primeiro setor, assumindo algumas das responsabilidades (ANHEIER & SEIBEL, 1990).

### **3.2 CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE JAPONESA**

Durante o século XVII, no Japão, subiu-se ao poder um governo que pôs fim a um prolongado período de desordem e lutas internas. Esse governo consegue conter e esvaziar o descontentamento dos camponeses de tal modo que evitaram uma revolução rural. Pode-se dizer que esse governo se assemelha ao feudalismo, com suas respectivas peculiaridades.

A versão japonesa do feudalismo manteve-se vigorosamente ainda mesmo no século XIX. Ela inicia-se com a Era do xogunato Tokugawa. A principal idéia política do xogunato era estática: a manutenção da paz e da ordem. A sociedade estava nitidamente dividida em governantes e governados. Os últimos eram, na sua maioria, camponeses, que as classes guerreiras governantes consideravam principalmente como instrumentos para trabalhar a terra e pagar impostos para seu próprio benefício. Em troca, quando o sistema estava funcionando bem, os camponeses recebiam em troca os benefícios de, pelo menos, uma módica segurança econômica e justiça política. Com os governantes tentando reprimir quaisquer influências que pudessem minar a ordem prevalecente, acabou-se por resultar no afastamento do Japão com o mundo exterior, que por fim, seria ameaçada pelos mercadores das cidades e pela chegada dos americanos.

Naquela época, dentre os grupos governantes, havia importantes classes e distinções. O Imperador era uma figura apagada e escondida, apenas útil para converter o prestígio em poder real para os outros. O Shogun detinha as rédeas da autoridade, num sistema que se assemelhava muito mais ao absolutismo do Rei Soleil do que às instituições feudais descentralizadas da história européia.

O Shogun possuía entre um quarto e um quinto da terra cultivável do país, e a maior parte dos seus recursos derivava dessa fonte. Com o objetivo de governar

esse domínio, nomeava cerca de quarenta intendentes com salários regulares, formando uma forte infusão burocrática no feudalismo japonês.

O sistema da autoridade Tokugawa representava uma tentativa para impor uma autoridade central burocrática no topo de uma política feudal fragmentada, em que era importante fazer jogar os grandes feudos uns contra os outros.

Diretamente abaixo do Shogun, vinha o pequeno grupo dos grandes senhores ou daimyo. Seu status advinha da totalidade de produção de arroz de sua propriedade.

Abaixo do daimyo, encontrava-se o corpo principal dos samurais, os guerreiros, entre os quais havia grandes variações de poder e de fortuna. A princípio, eram auxiliares militares dos daimyo e recebiam deles um estipêndio anual de arroz. O xogunato Tokugawa, ao torná-los recebedores de salário, afastou-os da base independentes do poder na zona agrária e eliminou, de um golpe, uma das principais fontes de instabilidade política da época precedente. Ao mesmo tempo, pela imposição da paz, o xogunato privou os samurai de qualquer função real na sociedade japonesa e contribuiu para a criação de um grupo – os samurais arruinados – que desempenhou um papel-chave para a sua eventual destruição.

Quando se afastava da corte do Shogun, o daimyo, ou senhor, vivia rodeado dos seus samurai, ou defensores, numa cidade-castelo. Essas eram centros locais através dos quais as classes guerreiras extraíam dos camponeses, sob a forma de impostos, o excedente econômico que as sustentava.

Dentro dos feudos, os grandes feudatários exerciam o poder. Contudo, eles não podiam erigir novos castelos, cunhar moeda, construir barcos de guerra ou fazer casamento sem a sanção do Shogun.

Depois dos meados do século XVII, quando o sistema já assentara e a posição do Shogun parecia segura, a política dos Shoguns seguintes tornou-se muito mais cautelosa e tornaram-se muito mais raras as intervenções nos assuntos internos de um feudo.

O sistema Tokugawa não era um modelo de teoria e de prática de uma sociedade livre, como na civilização ocidental. Além disso, o primitivo feudalismo japonês não possuía características que, no Ocidente, contribuíram de maneira importante para esse florescimento. No laço feudal que unia o senhor e o vassalo, o elemento de contrato propriamente dito era muito fraco no Japão; os elementos de lealdade e dever para com os superiores, por outro lado, eram extremamente sublinhados. As dissertações ocidentais sobre o contraste existente fazem com que os laços feudais japoneses pareçam mais primitivos e menos objetivos e racionais do que os seus correspondentes europeus. Apoiavam-se mais em costumes não escritos e na observância de cerimoniais; tinha o caráter de uma relação familiar fictícia, algo muito amplamente usado na sociedade japonesa, e apoiava-se menos do que a Europa em contratos escritos ou orais para especificar os deveres e os privilégios de cada indivíduo. As tendências indígenas, nesse sentido, receberam maior reforço através da importação da filosofia de Confúcio, que quase atingiu a posição de uma religião estabelecida.

Em 1854, com a chegada dos navios do comodoro Perry, o sistema Tokugawa já sofria de uma considerável decadência.

A era Tokugawa chega ao fim em 1868, com a restauração de Meiji. O imperador Meiji muda-se de Kyoto para Tóquio, que se torna a nova capital. O poder político do xogunato dos Tokugawa, já enfraquecido, foi transferido para as mãos do imperador e de um pequeno grupo de nobres e samurais.

Como outras nações asiáticas subjugadas, o Japão foi obrigado a assinar tratados com as potências ocidentais. Esses tratados garantiam aos ocidentais vantagens legais e econômicas sobre o Japão. Para ganhar independência em relação aos Estados Unidos e Europa, o governo Meiji adotou uma série de medidas, praticamente em todas as áreas, para que o Japão pudesse se tornar uma nação rica e respeitada.

O novo governo planejava tornar o Japão um país democrático, com igualdade entre o seu povo. Promoveu uma reforma social, em que aos poucos se foram

extinguindo as diferenças entre as classes do período Tokugawa. Os samurais foram os principais perdedores, vendo desaparecer com a extinção da classe todos os seus privilégios. As reformas também incluíram a elaboração de uma constituição e a garantia da liberdade religiosa, em 1873. Para estabelecer o novo governo, os senhores feudais (daimyo) tiveram que ceder todas as suas terras ao imperador. Isso foi feito em 1870, seguindo-se a transformação dos feudos em prefeituras.

A educação foi reformulada, primeiro de acordo com o sistema francês, depois, seguindo o alemão. Instituiu-se também a educação compulsória. Depois de uma ou duas décadas de intensiva ocidentalização, uma onda de sentimentos nacionalistas e conservadores toma espaço: princípios do Confucionismo e do Xintoísmo são incrivelmente enfatizados e ensinados nas instituições educacionais. Fortalecer o setor militar foi prioridade máxima do Japão, em uma era marcada pelo imperialismo europeu e americano. Para isso, modernizou o seu exército e marinha.

Para transformar a economia agrária do Japão feudal em uma moderna economia industrial, muitos estudantes japoneses foram mandados ao exterior, para aprender as ciências e linguagens do ocidente, enquanto especialistas estrangeiros eram trazidos para o país. As linhas de comunicação e transporte foram melhoradas com largos investimentos governamentais. O governo também direcionou suporte para o crescimento das indústrias e dos negócios. Os gastos elevados provocaram uma crise, por volta de 1880, seguida por uma reforma no sistema financeiro e pelo estabelecimento do Banco do Japão. A indústria têxtil cresceu rapidamente e tornou-se a maior indústria japonesa até a Segunda Guerra Mundial.

As condições de trabalho nas primeiras fábricas, como em todo o mundo ocidental, eram muito ruins. Mas os movimentos socialistas e liberais que surgiam eram fortemente reprimidos pelo governo central.

No setor político, o Japão recebeu a sua primeira constituição ao estilo europeu, em 1889. A Câmara dos Comuns garantiu a participação popular.

Conflitos de interesses na Coreia entre a China e o Japão causaram a Guerra Sino-Japonesa, entre 1894 e 1895. O Japão derrotou a China e anexou Taiwan, mas foi forçado pelas potências ocidentais a devolver outros territórios. Essa ação fez com que o exército e a marinha japonesa intensificassem o seu processo de armamento.

Novo conflito de interesses na Coreia e na Manchúria, desta vez entre a Rússia e o Japão, levaram à Guerra Russo-Japonesa entre 1904 e 1905. O exército japonês também venceu essa guerra, conquistando territórios e, finalmente, algum respeito internacional. O Japão aumentou a sua influência na Coreia e a anexou completamente em 1910. Esses sucessos intensificaram ainda mais o sentimento de nacionalismo do povo japonês.

Em 1912, morre o imperador Meiji e chega ao fim a sua era, que deixou um saldo positivo de grandes reformas, além de um estado moderno e unificado: o Japão como a potência militar mais forte da Ásia.

### **3.2.1 ECONOMIA**

Até o século XVI, o Japão encontrava-se completamente isolado do mundo ocidental. Com a expansão marítimo-comercial européia, o império japonês passou a entrar em contato com os missionários e comerciantes europeus, principalmente portugueses.

Entretanto, a partir do século XVII, devido a uma revolução camponesa, de inspiração cristã, o Japão fechou-se novamente ao mundo e proibiu a entrada de estrangeiros. Por mais de dois séculos, o Japão manteve relações diplomáticas apenas com dois países: China e Holanda.

No século XIX, pressões externas (ameaças de invasão por parte dos americanos, russos e europeus) forçaram o Japão a sair do isolamento. Em 1858

foram assinados tratados de comércio com vários países e os portos foram abertos ao comércio externo.

Até 1868 o Japão era um país feudal (shogunato) e agrícola. A partir de 1868 (início da era Meiji), foi restaurado o poder imperial, e teve início um rápido processo de desenvolvimento econômico e de transformações na sociedade japonesa. A industrialização, o combate ao analfabetismo e os investimentos em infra-estrutura foram a base da modernização do país. Esse período durou até 1912. Na era Meiji efetuou-se o processo de ruptura com o passado feudal, estabelecendo-se uma estrutura de produção e relações sociais capitalistas.

A partir dessas mudanças, o Japão deu início a um período de expansionismo imperialista que se estendeu até a Segunda Guerra Mundial.

O militarismo e o nacionalismo foram características importantes dessa fase do capitalismo japonês, criados pela necessidade de autodefesa da identidade nacional, pela necessidade de conquistar mercados externos e garantir fornecimentos de matérias-primas, ampliando sua influência no Extremo Oriente.

Os japoneses saíram da Segunda Guerra derrotada e quase totalmente destruída. No entanto, o Japão atingiu uma vigorosa recuperação econômica que o levou ao posto de segunda potência econômica mundial. Entre esses fatores podemos destacar: a mão de obra barata, abundante, disciplinada e que se submetia a longas jornadas de trabalho; o grande valor que se tem pelo trabalho em grupo (o coletivo é valorizado, o individual, desprezado); os fortes investimentos em educação (inclusive qualificação de mão de obra); o amparo do Estado à economia, caracterizado por um forte apoio deste às empresas privadas; a adoção de uma política econômica protecionista, que mantinha (e, de certa forma, ainda mantém) impostos de importação elevados com o objetivo de proteger a indústria nacional (essa proteção também é grande no setor agrícola, especialmente no caso da produção de arroz); a enorme capacidade de poupança interna, que fez do país um dos maiores investidores nacionais; o auxílio financeiro-econômico dos EUA, que estavam preocupados com a possibilidade de um avanço do socialismo no Extremo Oriente, onde a China em 1949 e a porção

norte da Coréia em 1950 ingressaram pelo caminho do regime socialista. Os norte-americanos entendiam que a situação de penúria social e econômica do Japão poderia estimular a insatisfação popular e tornar possível uma revolução socialista.

Atualmente, há um forte contraste da imagem externa que o Japão possui com a interna, totalmente oposta. Dentro da aparência de país próspero e exemplar, esconde algumas divergências que afetam tanto a política, quanto a sociedade e a economia (SAKAIYA, 1993).

Por mais de 100 anos os japoneses trabalharam para transformar o país de uma nação feudal para um Estado moderno industrial. Atualmente, o Japão é um país bastante influenciador, já que vive em paz, prosperidade e segurança.

A renda per capita é semelhante à de um pequeno e rico país Europeu. O Japão é a segunda maior economia do mundo, depois dos Estados Unidos. No começo dos anos 90, a média dos ativos japoneses valia o triplo da média dos americanos e o quádruplo dos ingleses e alemães. O balanço de pagamentos do Japão também é surpreendente. O superávit causado na balança é devido principalmente à alta qualidade das exportações industriais que o país realiza. A taxa de desemprego permaneceu constante e abaixo dos 3% por um longo período de tempo e a inflação é praticamente inexistente (1,8%) (SAKAIYA, 1993).

O governo estimula a abertura de novos negócios através de financiamentos. Com isso, consegue gerar negócios lucrativos através da formação de sólidas empresas familiares. A educação é pública e de qualidade, sendo gastos enormes quantias de dinheiro.

Porém o Japão não é todo esse paraíso que aparenta ser. Há três grandes problemas que limitam a última grande sociedade industrial. O primeiro é a crítica internacional (SAKAIYA, 1993). Enquanto o Japão tem sido sacrificado em diversas áreas, por matar tartarugas do mar, pela fraqueza quanto à sua resposta à Guerra do Golfo, um dos assuntos mais discutidos e polêmicos é o protecionismo que os produtos industriais nacionais japoneses possuem no

comércio exterior. Isso fez com que rendesse muitas críticas em relação ao sistema político, econômico e social japonês.

O segundo problema consiste na insatisfação que os consumidores sentiam quanto à sua qualidade de vida (SAKAIYA, 1993). Nos anos 80, a valorização tanto da moeda yen, quanto do território japonês e das ações das empresas, fizeram com que o país ficasse muito rico, aparentemente o mais rico do planeta. Porém essa sensação de riqueza não foi passada para sua população. Nenhum benefício foi sentido na vida pessoal dos japoneses. Ao invés disso, com a valorização do terreno japonês, ficou cada vez mais difícil adquirir uma moradia própria e mais caro desenvolver obras públicas.

O terceiro e último problema é relativo aos problemas de escândalos envolvendo bancos, políticos (SAKAIYA, 1993). Corrupção, como o envolvimento de empresas de seguro com os yakuzas, fizeram com que o dinheiro poupado pelo povo japonês cobrisse os déficits comerciais.

Os três maiores problemas acima mostrados parecem não possuírem nenhum tipo de conexão. Mas eles foram criados através de uma estrutura social comum. Essa sociedade industrial foi criada através da influência do comportamento da mesma sociedade burocrática que tornou o Japão um gigante econômico.

### **3.2.2 SOCIAL**

Foi presenciado o princípio de estrutura vertical em todas as organizações ou grupos japoneses, principalmente no relacionamento social entre dois indivíduos. Essa tendência estrutural, que consiste num relacionamento entre dois indivíduos, cujo status é de superioridade de um lado e inferioridade do outro lado, desenvolvido no curso da história do povo japonês, tornou-se uma das características de sua cultura (NAKANE, 1984).

Alguns fatores facilitaram o surgimento dessa tendência: o primeiro é a configuração homogênea da sociedade japonesa, devido à pouca influência de outras culturas que não fossem a nativa.



Existiu uma estratificação durante o período Tokugawa, entre samurais, agricultores, mercenários e religiosos. Porém essa diferenciação social não era um produto do desenvolvimento econômico. O mesmo acontecia entre os agricultores. Apesar de existir pobres e ricos, a diferença entre eles era muito insignificante. Isso significa que a maioria do povo japonês não foi historicamente condicionada a viver numa sociedade estratificada, como a brasileira, com demarcações de status entre os grupos. Eles costumavam a classificar como rankings ao invés de estratificação como princípio organizacional.

A palavra democracia ganhou um novo significado após a Segunda Guerra Mundial, após um maior conhecimento do mundo ocidental pelo oriental e vice-versa. Enquanto a democracia estava presente no sentido político pelo mundo ocidental, a democracia se fazia viva em qualquer relacionamento existente entre duas pessoas, no conviver social do mundo oriental.

A razão para existir uma pessoa de ranking superior a outra não consistia daquela possuir um maior acúmulo de riqueza do que esta, mas sim um maior nível de conhecimento, de aprendizagem, de experiência de vida.

A idéia de trabalho em equipe, a idéia de um grupo coeso, sempre possibilitou que fossem alcançados os objetivos previstos. Foi com essa intenção que possibilitou que o Japão alcançassem os seus êxitos (NAKANE, 1984).

#### 4. A RELIGIÃO JAPONESA NO BRASIL

O início da imigração japonesa ao Brasil se contextualiza com um cenário simbólico de busca pelo enriquecimento no menor espaço de tempo possível. Porém, a realidade mostrou que tal objetivo era praticamente impossível de ser alcançado. Isso, aliado à derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial possibilitaram a estadia definitiva dos japoneses no Brasil.

Junto com a força de trabalho, os japoneses trouxeram consigo toda a tradição, cultura e valores orientais. O período inicial da imigração registrou a presença de membros e missionários de vários grupos religiosos, porém o trabalho destes era muito limitado, graças à inibição por parte das autoridades japonesas que obedeciam as orientações da Reforma Meiji de incluir o Xintoísmo como religião do Estado e da Nação. Mesmo o budismo, que desde o século VII era a religião predominante no país, perdera a liberdade de ação que possuía sobre todas as camadas da sociedade.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a situação interna político-religiosa do Japão mudou radicalmente, pela derrota sofrida. O xintoísmo deixou de ser religião nacional, e a nova constituição proclamou liberdade religiosa em todo o país. Os imigrantes deixaram de lado o desejo ardente de regressar para sua terra de origem e possibilitaram a organização de grupos religiosos que foram difundindo as religiões japonesas dentro e fora da “colônia japonesa”.

Pouco a pouco as religiões japonesas começavam a exercer sua influência no Brasil. Em 1924, chegaram alguns membros da religião Oomoto, doutrina surgida em plena Reforma Meiji. Em 1929, foi a vez de Tenrikyo e em 1952 entrou no Brasil a Seicho-no-ie, a religião que conseguiu mais adeptos aqui.

Houve o ressurgimento das religiões que estavam oprimidas, como o Tenrikyo, Konkokyo, Oomotokyo, Hitonomichi (atual Instituição Religiosa Perfect Liberty), que recomeçaram suas atividades religiosas com maior vigor. O Cristianismo e o Budismo puderam finalmente exercer suas atividades publicamente. Atualmente,

existe no Japão cerca de 460 religiões reconhecidas e registradas, fora milhares de outras entidades religiosas que atuam clandestinamente.

Todas as religiões japonesas foram introduzidas no Brasil com a finalidade primordial de atender os imigrantes e seus descendentes. Assim foi no início. Com o correr do tempo, no entanto, algumas entidades religiosas, principalmente as novas religiões, começaram a atrair sensivelmente o público brasileiro, de modo especial pela forma de ensino profundamente humanitário e pela cura de doenças. A Seicho-no-ie foi à pioneira. Ela não se apresentava propriamente como religião com celebrações e cultos. A Seicho-no-ie passava como uma simples filosofia de vida, que atendia as pessoas de todas as crenças, sem exceção. Calcula-se mais de um milhão o número de adeptos e simpatizantes em todo o território nacional, em sua maioria brasileiros na incrível proporção de 80 para 90% (OZAKI, 1990).

Nesta mesma proporção de adeptos brasileiros caminha a Igreja Messiânica do Brasil, ainda que o número total de membros seja bem inferior.

A Instituição Religiosa Perfect Liberty (PL) é outra religião nova do Japão que conseguiu atrair uma multidão de brasileiros. Em apenas trinta anos de atividade no Brasil, conquistou cerca de 40 mil adeptos e mais de 200 mil simpatizantes (na grande maioria brasileiros: 90% no estado de São Paulo e 100% nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais) (OZAKI, 1990) .

À medida que os descendentes dos imigrantes vão avançando de Segunda geração (nisseis) para terceira (sanseis), quarta e quinta gerações, integrando-se cada vez mais na sociedade brasileira, as religiões japonesas radicadas aqui no Brasil encaminham na conquista de novos adeptos fora das restritas fronteiras dos nisseis.

## **5. ESTUDOS DE CASOS**

Visando estudar empiricamente as hipóteses contidas no presente trabalho, quatro entidades do terceiro setor foram analisadas, com objetivo de compreender a finalidade de suas existências e de que forma elas foram introduzidas e desenvolvidas aqui no Brasil. Procurou-se identificar ainda a existência ou não de um remanescente vínculo com o governo japonês. As quatro entidades possuem escopos distintos, mas de uma forma ou de outra, buscam a preservação e divulgação da cultura nipônica entre seus associados.

### **5.1 ABEUNI (ALIANÇA BENEFICENTE UNIVERSITÁRIA DE SÃO PAULO)**

#### **5.1.1 - Histórico**

A ABEUNI (Aliança Beneficente Universitária de São Paulo) é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, formada por universitários e formados em diferentes áreas que atuam voluntariamente em comunidades carentes, através de diversos projetos assistenciais realizados durante todo o ano.

Ela foi fundada em 1984, a partir do departamento universitário da ABENIBRA (Associação Beneficente Nipo-brasileira), uma entidade que há muitos anos antes já prestava assistência de saúde para a comunidade nipo-brasileira. Em julho de 1984 foi realizada a primeira caravana científico assistencial, na cidade de Paraguaçu Paulista. Em toda a sua existência, foram realizadas 38 caravanas e 38 mini-caravanas, em diversas cidades do interior paulista.

A criação da ABENIBRA (Associação Beneficente Nipo-Brasileira) teve como causa imediata, a necessidade de auxiliar os imigrantes japoneses que encontravam dificuldades com a língua portuguesa e sofriam de carência médica. Com o passar do tempo, esse motivo deixou de ter vigência, e a continuidade das

atividades exercidas pela entidade foi apoiada no atendimento à população carente paulistana como forma de retribuição à calorosa recepção feita aos imigrantes japoneses. Em 1984, como dito anteriormente, surge a ABEUNI que perpetua a proposição de sua antecessora.

Ao longo destes 19 anos, a entidade também desenvolveu projetos contínuos em comunidades carentes do município de São Paulo, trabalhando com crianças, adultos e idosos, buscando o seu desenvolvimento e dando-lhes apoio emocional.

A Aliança Beneficente Universitária de São Paulo é um Órgão de Utilidade Pública, reconhecido pela Assembléia Legislativa de São Paulo (Lei Estadual 9.135), pelos trabalhos realizados em prol da sociedade.

A ABEUNI é formada exclusivamente por voluntários, motivados pela vontade de ajudar ao próximo. O interessante é notar que o trabalho em grupo e a amizade são elementos fundamentais para o bom andamento das atividades, pois criam um clima prazeroso e de cooperação.

### **5.1.2 – A Atuação da Entidade**

#### Caravanas e Mini-Caravanas

As caravanas e mini-caravanas são trabalhos realizados em entidades ou comunidades do Estado de São Paulo e que visam alcançar, a longo prazo, o objetivo de melhoria da qualidade de vida da população atendida.

São realizadas, durante o ano, duas caravanas e duas mini-caravanas. Cada uma delas reúne de 200 a 300 voluntários por evento, atendendo um público médio de 2.000 pessoas. As caravanas, com duração de nove dias, aproveitam o período de férias das faculdades (meses de janeiro e julho). Já as mini-caravanas são realizadas durante o semestre, em geral nos meses de abril e de setembro, com duração de um final de semana.

O atendimento é realizado em escolas cedidas pela prefeitura local. Realizadas em municípios carentes próximos à cidade de São Paulo, em conjunto com suas prefeituras, têm como meta melhorar as condições de saúde, higiene e

alimentação desta população através de duas frentes: curativa e preventiva. As caravanas e mini-caravanas prezam a qualidade no atendimento, buscando um serviço diferenciado daquele prestado pelo público.

### Projeto Pequeno Amigo

Atualmente a ABEUNI fez uma parceria com uma entidade chamada “Projeto de Incentivo a Vida”, mais conhecida como PIVI, que se localiza na zona norte de São Paulo.

É uma entidade que abriga crianças de 0 a 12 anos, sendo que a faixa etária do público alvo ao qual o projeto pretende atingir é a partir dos 5 anos. Essas crianças possuem peculiaridades pois sofreram maus-tratos dos pais, são órfãs ou os pais não possuem condições financeiras para sustentar.

O objetivo do projeto é melhorar a qualidade de vida das crianças abordando os seguintes temas: saúde, cidadania e apoio emocional, na tentativa de uma lenta, porém gradativa reeducação das mesmas.

## **5.2 ASEBEX (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EX-BOLSITAS NO JAPÃO)**

### **5.2.1 – Histórico**

A ASEBEX (Associação Brasileira de Ex-Bolsistas no Japão) é uma entidade sem fins lucrativos que congrega bolsistas e ex-bolsistas que estudaram ou estagiaram em universidades, centros de pesquisa e empresas no Japão.

Tem como objetivo prestar apoio de qualquer ordem aos bolsistas que estão indo ao Japão, desde informações básicas como precauções quanto à alimentação, vestuário e acomodação, até auxílio ao processo burocrático da bolsa em si.

Ela foi criada através da fusão de duas associações:

1. ASEB (Associação de Ex-Bolsistas) – Entidade em cuja composição encontravam-se membros que haviam estudado em universidades japonesas. Possuía afiliação com a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (Bunkyo) e a princípio surgiu informalmente em 1966 sendo posteriormente oficializada em 1973.
2. ABEX (Associação Brasileira de Ex-Estagiários no Japão) - Congregava membros que haviam estagiado em empresas japonesas. Fez parte de um dos departamentos da Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil (Kenren), fundada em 1981.

No final da década de 80, o relacionamento entre as duas entidades foi se estreitando através da realização de atividades e eventos conjuntos , com objetivos comuns.

Em 23 de novembro de 1991 oficializou se a união da ASEB e da ABEX, nascendo a ASEBEX que herdou os objetivos das duas associações e nasceu fortalecida para desempenhar seu papel junto à sociedade.

### **5.2.2 – A Atuação da Entidade**

Entre as atividades organizadas pela associação destaca-se a divulgação dos diversos tipos de bolsas no Japão, a organização do Seminário Preparatório para Bolsistas - Koshukai, e a participação no processo de seleção dos futuros bolsistas. Além disso, com o objetivo de manter o relacionamento entre os ex-bolsistas e de prestar serviços à comunidade, são realizados também vários eventos de caráter cultural, social, esportivo e comunitário ao longo do ano.

#### Koshukai

Anualmente a ASEBEX realiza no mês de janeiro o Koshukai, cujo principal objetivo é fornecer informações básicas referentes ao Estudo e Estágio no Japão,

tais como seu ambiente e sociedade, postura do Bolsista dentro do dia-a-dia no Japão (costumes, etiquetas, língua, cultura, etc.), tudo aquilo que contribuirá para o melhor aproveitamento de sua estada.

O Koshukai também tem a finalidade de promover a integração entre os candidatos das várias modalidades de Bolsa e o maior entrosamento com ex-bolsistas.

### **5.3 CÂMARA JÚNIOR BRASIL-JAPÃO**

#### **5.3.1 - Histórico**

A Câmara Júnior Brasil-Japão foi fundada em 24 de junho de 1982, por iniciativa da Câmara de Comércio e Indústria Japonesa no Brasil como consequência da visita do então Presidente Mundial da Câmara Júnior Internacional, Gary Nagao. Os objetivos da Câmara Júnior de desenvolvimento da capacidade de liderança dos jovens, complementavam as atividades empresariais da Câmara de Comércio.

A missão da Câmara Júnior é contribuir para o avanço da comunidade global, oferecendo oportunidades para os jovens de desenvolver as habilidades de liderança, a responsabilidade social, espírito empresarial e o companheirismo, necessários para criar mudanças positivas.

A Câmara Júnior oferece oportunidades para que seus membros possam desenvolver a capacidade de entendimento e comunicação com as outras pessoas, tão importante nos dias de hoje.

As reuniões da Câmara Júnior Brasil-Japão era realizadas em japonês até 1987. Ernesto Sunago foi o primeiro presidente nissei, em 1985. A primeira participação em Convenção Nacional foi em Caxias do Sul - RS em 1988.



### 5.3.2 – A Atuação da Entidade

Entre os principais eventos e atividades realizados pela Câmara Júnior Brasil-Japão estão:

- Palestra com Antonio Delfin Netto - 1988 no auditório do Maksoud Plaza;
- Palestra com Othon Cesar - 1988 no Palácio das Convenções do Anhembi;
- Palestra com Shigeaki Ueki - 1988 no Caesar Park;
- Perspectivas da década de 90 - 1989 no auditorio da Fundação Getulio Vargas;
- Palestra com Washington Olivetto - 1989 no Maksoud Plaza;
- Seminário Japanese Mind - 1991 no Monfarrej Sheraton;
- Convenção da Região Centro - 1991 no Royal Palm Plaza em Campinas;
- Palestra com Oscar Motomura - 1994 no Maksoud Plaza;
- Mostra do Museu da Imigração Japonesa no Hawaii – 1998 no Museu Histórico da Imigração Japonesa.;
- Palestra com Roberto Shinyashiki - 1999 no Intercontinental;
- 25ª Convenção da Câmara Júnior Regional Centro – 2001;
- 25ª Convenção da Câmara Júnior Regional – Palestra com Robert Wong e Steven Dubner;
- 1ª Apresentação de Koh-Do (Festival do Japão) no Brasil;
- Palestra com Carlos Alberto Júlio, Presidente da HSM Management;
- Bate-Papo com Minolu Camicado, da Camicado Presentes;
- Bate-Papo com Seiji Ishikawa, Presidente da YKK do Brasil;

- Bate-Papo com Chieko Aoki, Presidente do Blue Tree Hotels; e,
- Bate-Papo com Renato Nakaya, Presidente da Sakura-Nakaya Alimentos.

### **5.3.3 – Campos de oportunidades para desenvolvimento de seus membros**

A Câmara Júnior Brasil-Japão possui quatro campos de oportunidades aos quais seus membros possam se desenvolver:

#### Oportunidades Individuais

Oferece a oportunidade para o membro individual desenvolver o seu potencial através de programas de capacitação, treinamento, cursos e palestras. Ao organizar eventos desenvolvemos nosso espírito de liderança, o processo de comunicação e conhecimentos de planejamento e organização que são itens fundamentais no líder de hoje.

#### Oportunidades Comunitárias

Desenvolve a sensibilidade do membro individual diante dos problemas sociais e o conhecimento da dinâmica da comunidade na busca de resolução de seus problemas através da experiência prática formulando projetos e programas que visem o bem estar da sociedade como um todo.

#### Oportunidades Internacionais

Oferece a oportunidade para o membro individual de contribuir em prol do bem estar, do entendimento e cooperação entre todos os povos. São programas de intercâmbio e participação de conferências e convenções internacionais.

Existe também a possibilidade de criar Capítulo Irmãos, no qual podemos nos relacionar com outras Câmaras Júnior do mundo inteiro.

#### Oportunidades Comerciais

Oferece a oportunidade ao membro individual ao contribuir para com o desenvolvimento da infra-estrutura econômica na busca da prosperidade e bem estar de todas as nações. Através do fomento de relações comerciais saudáveis entre os próprios membros da entidade e entre entidades.

## **5.4 SEINEN BUNKYO SÃO PAULO**

### **5.4.1 - Histórico**

O Seinen Bunkyo São Paulo, Departamento Jovem da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (SBCJ), foi criado em 1997 e atualmente conta com mais de 100 associados. Tem como ideal, a divulgação e preservação da cultura nipo-brasileira através da integração dos jovens que participam de entidades nikkeis (seinenkais).

A missão da entidade consiste em preservar, valorizar e divulgar a cultura nipo-brasileira através da integração e desenvolvimento dos jovens das entidades nikkeis.

Tem como visão atuar de forma significativa no desenvolvimento da sociedade, aumentar a integração através do desenvolvimento de habilidades e do bem estar entre os voluntários, focar a promoção e desenvolvimento da cultura nipo-brasileira com o intuito de ser uma entidade fomentadora do desenvolvimento de outras entidades e ter uma base sólida de jovens líderes que possa gerenciar o Seinen Bunkyo.

Falando um pouco sobre os valores da entidade, o trabalho em equipe, o comprometimento com a missão do Seinen Bunkyo, criatividade, flexibilidade e inovação, bem estar e satisfação pessoal bem como o respeito pelos indivíduos e a responsabilidade social são alguns dos valores remanescentes no Seinen Bunkyo.

Planejar e organizar pelo menos um evento cultural que seja organizado pelo Seinen Bunkyo para a sociedade, buscar maior entrosamento do Seinen com a diretoria do Bunkyo, participar e fomentar eventos que visem a integração com pelo menos quatro outras entidades nikkeis, promover ou apoiar pelo menos duas atividades culturais do Bunkyo que sejam reconhecidas e representativas para a sociedade, e também dois eventos ligados ao desenvolvimento dos membros do Seinen Bunkyo, mantendo seus vinte e oito membros ativos e formando uma base sólida de jovens líderes para dar continuidade à missão e gestão do Seinen Bunkyo são alguns dos objetivos propostos pela entidade em seu estatuto. Além disso, tem como objetivo buscar iniciativas e oportunidades de intercâmbio internacional junto a JICA e diretoria do Bunkyo.

Desde a criação do departamento, em 26 de fevereiro de 97, o Seinen Bunkyo tem cumprido seu papel realizando intercâmbios, participando das atividades da comunidade e promovendo eventos nos quais são discutidos os problemas e as soluções das entidades nikkeis.

Para o então presidente do SBCJ, Sr. Atushi Yamauchi, o objetivo da criação do Seinen Bunkyo era mudar a imagem do Bunkyo entre os jovens: "Muitas vezes o Bunkyo não se faz compreender pela comunidade jovem, carregando a estigma de entidade que agrupa velhos, em sua maioria. Espero que com esta iniciativa possamos mudar essa imagem que há muito reina."

Para formar o Seinen Bunkyo, a SBCJ convidou alguns dos principais líderes jovens da comunidade para compor a primeira diretoria do departamento. O primeiro presidente do seinen, Marcelo Hideshima, já possuía experiência à frente dos jovens em diversas atividades.

No primeiro ano de existência do Seinen Bunkyo, destaca-se a realização da 2º Reunião dos Jovens Líderes das Entidades Nikkeis, a participação na recepção às Majestade Imperiais do Japão, a Micareta Junina em conjunto com a Asebex e o Anhanguera Nikkei Clube e a assessoria à diversas atividades da comunidade.

Em 1998, Marcelo Hashimoto, diretor de informática em 97, sucede Hideshima e lidera o processo de consolidação do Seinen Bunkyo, com a participação nas comemorações dos 90 anos da imigração japonesa no Brasil, a realização da 3ª Feira do Brinquedo e o lançamento do jornal Geração, voltado para os jovens que participam de seinenkais.

Em 1999, Osvaldo Yokomizo, vice-presidente em 98, é eleito para dar continuidade ao departamento. Em seu ano, foi dada especial atenção às atividades internas para o fortalecimento da entidade. Foram realizadas diversas atividades de integração e participação em eventos de outras entidades.

Daniel Tateno, vice-presidente em 99, preside o Seinen Bunkyo no ano 2000, quando foi realizado o Show Beneficente com o cantor Joe Hirata, a primeira parceria com o Miyagui Seinen na organização do 23º Festival das Estrelas (Tanabata Matsuri) e a parceria com a Abeuni, Asebex e Câmara Júnior Brasil-Japão na organização do debate entre os candidatos nikkeis à Câmara Municipal de São Paulo.

Jorge Shimao é o presidente do ano 2001. Em sua gestão, destaca-se a participação do Seinenbu no Torneio Interkaikans Beneficente e na 24ª edição do Festival das Estrelas, além da realização do 1º Fórum Nacional dos Jovens das Entidades Nikkeis.

Cristina Agari, vice-presidente em 2001, assume a presidência do Seinen Bunkyo em 2002. Suas principais conquistas foram a Revitalização (participação de 120 jovens de 35 entidades), Festa dos 5 anos, Colméia (evento cultural e de desenvolvimento) e a promulgação do Regimento Interno da entidade, além dos Bate-Papos mensais que reuniram mais de 140 pessoas.

O presidente do Seinen Bunkyo em 2003 é Maurício Miyasaki, que dará especial enfoque a sociedade, expondo toda a beleza das tradições e costumes nikkeis. "Estamos completando seis anos de trabalho, período relativamente curto para atingirmos nossos objetivos. Apesar disso, temos conquistado muito conhecimento e aprendizado, com a finalidade de fortalecer nossa entidade e

cumprimos nossa missão. Reconhecemos que ainda há muito a ser feito, porém isso não é motivo de desânimo para nossos voluntários. Muito pelo contrário: cada dificuldade que transpomos e cada projeto que realizamos só aumentam a certeza de que nós, jovens, podemos fazer tudo isso e muito mais”.

#### **5.4.2 – A Atuação da Entidade**

##### Revitalização

A Revitalização é considerada o evento mais importante do Seinen Bunkyo. É um encontro anual entre os jovens líderes de entidades nikkeys de todo Brasil, organizado pelo Seinen Bunkyo desde 1996 e que, ao longo dos últimos sete anos desenvolveu temas como o futuro das entidades nikkeis, a estruturação de lideranças, a valorização da cultura japonesa e a gestão do conhecimento. A partir de 2000 o evento passou a contar com participantes provenientes de diversas partes do país.

## 6. BIBLIOGRAFIA

ANHEIER, Helmut e SEIBEL, Wolfgang (orgs). The Third Sector: Comparative Studies of Nonprofit Organizations. Berlin: Walter De Gruyter, 1990.

MOORE, Barrington, Jr. As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. 1º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NAKANE, Chie. Japanese Society. Tokyo: Editora Tuttle, 1984.

OZAKI, André Mazao, S.J. As Religiões Japonesas no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

RODRIGUES, Ondina Antonio. Imigração Japonesa no Brasil. 1º Ed. Série Resumos, nº 4. 1999.

SAKAIYA, Taichi. What is Japan?: Contradictions and Transformations. New York: Editora Kodansha, 1993.

SALAMON, Lester M. America's Nonprofit Sector: A primer. New York, EUA: The foundation Center, 1992.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 2º Ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001.

## Entrevistas:

ABEUNI (Aliança Beneficente Universitária)

Rodolfo Wada e Sávio Ladeira – Diretores de Relações Públicas

[www.abeuni.org.br](http://www.abeuni.org.br)

ASEBEX (Associação Brasileira de Ex-Bolsistas no Japão)

Maurício Kimura – Diretor Jurídico

<http://server7.nethall.com.br/asebex/html/index.asp>

Câmara Júnior Brasil-Japão

Victor Kobayashi – Presidente – Gestão 2003

[www.cbj.org.br](http://www.cbj.org.br)

Seinen Bunkyo

Henrique J. Minatogawa – Relações Públicas e Comunicação

[www.bunkyo.org.br/seinen](http://www.bunkyo.org.br/seinen)